

O ÍNDIO NO LIVRO DIDÁTICO

Laís dos Santos Sampaio¹

Resumo: Percebendo a importância do livro didático na construção do conhecimento histórico no ambiente escolar, seu significativo uso, pois ainda hoje ele se constitui como o instrumento mais utilizado para a construção do saber, este artigo tem como objetivo perceber como a autora de um determinado livro didático de História do 4º ano do Ensino Fundamental aborda a temática indígena, qual a imagem que é passada, a quantidade e qualidade das informações sobre os povos indígenas do Brasil, pois é importante ressaltar que na maioria dos manuais escolares os indígenas aparecem de forma estereotipada, com informações deturpadas ou simplesmente são dedicados a estes apenas uma pequena parte do livro, não levando em consideração a variedade de povos existentes, seus modos de vida, seu passado, suas histórias, além do mais é importante conhecer, refletir sobre quais conteúdos nossas crianças estão entrando em contato nos seus primeiros anos escolares, pois estas podem sim aprender história, partindo de conhecimentos mais brandos para os mais elaborados, conhecendo sua realidade para depois partir para uma realidade distante, diversa, sendo assim, é aí, nas séries iniciais que estamos semeando valores, pontos de vista, conceitos que no futuro contribuirão para a formação da consciência histórica destes.

Palavras-chave: Livro didático, índio, conhecimento histórico.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo perceber como o livro didático de História *Porta aberta*, para o 4º ano do Ensino Fundamental, aborda a temática indígena. É importante destacar que a análise será feita na sessão segunda unidade, que contém quatro capítulos, onde apenas os dois primeiros trazem mais informações sobre o referido tema.

Para abordar o assunto em questão, partimos da idéia de que o ensino de história nas séries iniciais é possível, pois a partir de Vygotsky e dos estudos mais recentes como os de Moreira (2004), Bittencourt (2004), Siman (2005), Cooper (2006) sobre a aprendizagem no ensino de história admite-se que as crianças a partir do contato com a história de sua família, seu bairro, enfim do que é significativo para ela, pode partir para realidades distantes e deste modo construir o conhecimento histórico, por isso a necessidade de conhecer quais assuntos elas estão aprendendo e como estão aprendendo, pois é a partir das primeiras séries que diversos conceitos, valores, pontos de vistas começam a ser formados.

Partindo da perspectiva que o livro didático é o instrumento mais utilizado para a construção do conhecimento histórico na sala de aula, muitos estudos se debruçaram sobre ele

com diferentes enfoques, uns mais voltados para seus conteúdos e questões metodológicas, outros o utilizam para os estudos sobre as disciplinas escolares e também para saberem mais sobre a história de variadas instituições escolares. Como ressalta Pina ², há duas perspectivas teórico-metodológicas que se destacam:

Para além das diferenças de enfoques e abordagens, o livro didático tem sido analisado por mais de uma perspectiva teórico-metodológica. Uma ótica que se destaca é a da história cultural, que o trata como um artefato cultural, que é produto simbólico, mas também produz subjetividades. Outra é a visão materialista que entende o livro como veículo de ideologia, produto de uma sociedade de classes que institui determinada visão de mundo, logo, configura-se como instrumento de poder.

Segundo Fonseca³ a abordagem sociológica dos saberes deriva do pós-segunda guerra, quando mais pessoas tiveram acesso à escola, aumentando assim as pesquisas sobre as instituições escolares e o meio em que estão inseridas e colocando em questão a escola que se dizia “igualitária”, mas continuava a perpetuar desigualdades sociais e propagar ideologias.

Já a segunda perspectiva, ela coloca que é voltada para os conteúdos, a metodologia, enfim para as práticas educacionais, e “surgiu” a partir dos anos 70, quando vários estudiosos focalizaram suas pesquisas em como o conhecimento se escolariza, além das análises sobre a transposição didática, ou seja, como um conhecimento acadêmico é adaptado para ser assimilado pelos alunos. Percebe-se, deste modo, que a antiga perspectiva, voltada para o Estado como o influenciador, o “centro” das disciplinas escolares não sanaram as curiosidades dos pesquisadores, eles queriam mais, queriam entender as formas de apropriação, as metodologias, os conteúdos, enfim o que havia no espaço escolar, pois os estudos até então não estavam “dando conta”, não respondiam suas questões.

O importante é destacar que ambas as abordagens são significativas para se compreender o livro didático como difusor de ideologias, propagador de visões de um determinado grupo responsável por sua elaboração (Estado, autor, editora), além de relevante para estudar as formas de apropriação das informações contidas no livro didático, as metodologias utilizadas, pois este é composto de diversos “espaços”, que não devem ser ignorados; suas diversas faces devem ser analisadas.

E, por fim, é importante salientar o papel do índio na historiografia, que ora retratado como bárbaro, selvagem, ora como ingênuo, o “bom selvagem” fadado ao desaparecimento por não ser capaz de “evoluir” juntamente com a dita civilização. Para o ensino de História

este quadro não se altera, por isso a necessidade da apreciação da imagem do índio no livro didático, pois somente analisando seus conteúdos, percebendo suas incongruências e os estereótipos construídos sobre os nativos, que estaremos conduzindo a educação para caminhos livres do preconceito, da ignorância, do imaginário povoado por mitos, estabelecendo assim uma maior compreensão e respeito sobre os diversos povos que habitam e habitaram este país.

2. Apresentando o livro às crianças

A autora inicia o livro introduzindo conceitos históricos às crianças. A narrativa insere elementos constitutivos do conhecimento histórico (noções de tempo, fontes históricas, sujeito histórico). O texto começa convidando os alunos a pensarem sobre seu percurso de vida (de bebê até a data presente) e o processo de transformação na sociedade (a vida deles muda, a rua muda, o bairro muda, alguns costumes de família permanecem como herança dos antepassados), enfim seguindo este ritmo de mudanças e permanências ela destaca que a história vai se constituindo, deixando marcas: monumentos, construções e tudo isto serve para contar a história da criança, do bairro, do país, sem esquecer que os estudantes são participantes desta história, ou seja, são sujeitos históricos e que deste modo participam da construção do futuro.

A “apresentação” mostra para as crianças que História é comum a todos, presente no cotidiano das pessoas, que fazem parte da história. Este trajeto deixa marcas, provas, que nos transmitem um pouco do que aconteceu outrora, enfim, ancorada no que é significativo ao aluno, sua realidade, metodologicamente auxilia a criança compreender os diversos processos que compõem o conhecimento histórico, como as já citadas mudanças e permanências, a noção de tempo, conceitos. Nesta perspectiva, Cooper⁴ destaca que:

Descobrir sobre o passado envolve todos os aspectos da vida humana, e descobertas sobre ele podem não se constituir em um processo fácil. Desenvolver um senso de tempo através das histórias, história familiar e visitas a locais históricos, envolve muitos aspectos do desenvolvimento pessoal e social, e como as crianças aprendem sobre sua própria cultura e comunidade, bem como as semelhanças e diferenças com outros...

Partir da realidade do aluno leva-o a compreender os conhecimentos históricos e a adquirir habilidades que o auxiliam neste processo, para que depois possa compreender realidades distintas.

2.1 Primeiros contatos: os primeiros habitantes do Brasil são apresentados às crianças

No segundo capítulo “a vida no Brasil nos primeiros tempos e lugares” onde a temática indígena é abordada, a imagem apresentada no início do capítulo chama a atenção, pois de um lado aparecem alguns indígenas (não há especificação a que grupo pertencem) nus carregando troncos, provavelmente são de pau-brasil, e alguns portugueses vigiando armados, já o segundo desenho apresenta vários índios com características diversas (também não especifica a quais grupos eles pertencem), vestidos com roupas, em frente ao palácio do planalto, em Brasília com uma faixa escrita “DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS”. Estes desenhos podem ser amplamente analisados pelo professor juntamente com os alunos, pois ambas indicam mudanças e permanências no modo de vida dos índios com a chegada dos portugueses em suas terras. Além disso, abre a possibilidade de se analisar o processo de desapropriação e luta dos indígenas na formação da sociedade brasileira e atuação destes enquanto cidadãos que vivem e interagem na contemporaneidade.

As imagens dos índios nestes desenhos são de pessoas que foram exploradas e prejudicadas no passado e que tentam reverter isto até hoje, pois muitos problemas decorrentes da invasão dos portugueses no Brasil permanecem, como a invasão de suas terras por fazendeiros; a faixa que eles seguram na gravura demonstra a participação dos nativos como agentes históricos, pois não são passivos, vitimados, ao contrario, são conscientes e lutam por melhorias em suas vidas, profundamente afetadas ainda hoje pelo “homem branco civilizado”.

Enfim, estas imagens dão ao professor diversos caminhos para indagar aos alunos seus significados, ou seja, partir do conhecimento prévio deles e ajudá-los a pensar a diferença entre elas, o papel dos indígenas em ambas, o que a faixa quer dizer, contribuindo para a formação de um pensamento histórico.

Por outro lado, o livro apresenta a história dos povos indígenas atrelada à presença européia, como se a história desta população apenas se iniciasse neste momento. No primeiro subcapítulo, intitulado “a chegada dos portugueses”, só pelo título percebe-se que “a vida no Brasil nos primeiros tempos e lugares”, como indica o capítulo, não é estudado a partir da história indígena e sim a partir da chegada dos portugueses, sugerindo aos estudantes que apenas com a vinda dos portugueses para o Novo Mundo que a história se inicia. Mesmo que a autora cite no livro que os primeiros habitantes do Brasil foram os índios, seria interessante

dedicar um capítulo sobre a história dos nativos, ou então iniciá-lo abordando a história indígena, pois, deste modo, a história dos primeiros habitantes do Brasil não ficaria ligada e dependente da história dos portugueses.

Outro texto que configura contradição com a idéia de História trabalhada na “apresentação” se apresenta da seguinte forma⁵:

Os primeiros habitantes do Brasil foram os indígenas, de diferentes grupos. Mas foram os navegadores portugueses que escreveram os primeiros documentos para contar essa história. Hoje os grupos indígenas também estão escrevendo e contando a história do Brasil, já que antes eles não usavam a escrita para registrar os fatos.

Ela salienta que os primeiros habitantes do Brasil foram os índios, porém coloca que os portugueses é quem escreveram os primeiros documentos para relatar a história do Brasil, ou seja, percebe-se aí que as pinturas rupestres que os nativos deixaram, não são levadas em conta; é como se a história dos indígenas fosse encaixada no superado conceito de “pré-história”. Como destaca Neves⁶ “É uma verdade estabelecida para a maioria dos brasileiros que a história do país foi inaugurada em 22 de abril de 1500. O que aconteceu antes disso, domínio da pré-história”.

O capítulo dois do livro é intitulado “Os povos indígenas contam sua história”, nele, a autora destaca que antes de 1500, o Brasil já era habitado por povos que tinham costumes e modos de vida diferentes dos europeus, e que estes povos eram diferentes entre si, mesmo não informando como era esta sociedade e quais eram as diferenças.

Este tipo de informação, apesar de limitada e pouco aprofundada, é valiosa para a criança, pois desde o início ela percebe que havia povos com modos de vida diferentes dos europeus e que esses povos não eram homogêneos, mas diferentes entre si, com características próprias, o que “quebra”, a imagem de “índio genérico”, a idéia de que todos eram iguais.

A autora trata ainda da origem do nome índio, porém ao apresentar um texto que discutiremos mais adiante, ela utiliza o termo “descobrimento do Brasil”. Esta frase imprime a idéia para as crianças de que o Brasil estava perdido e alguém o encontrou, que estava escondido e alguém o descobriu; que os habitantes nativos não eram importantes para serem considerados pela História (invisibilidade do sujeito), além do mais, se constrói a idéia de tempo linear (progresso) em que os indígenas ocupam uma posição inferior (eurocentrismo). Dessa forma, a autora negligencia informações importantes para se desenvolver a capacidade

crítica e analítica nos alunos, como a ação de invasão da região, o processo de dominação portuguesa ao tornarem-se “donos” de terras que já “pertenciam” a outras pessoas.

Neste ponto, por exemplo, seria importante para introduzir elementos do conhecimento histórico que diferentes visões fossem apresentadas e discutidas, para que o aluno percebesse como o passado pode ser apresentado de maneiras diferentes, conforme os interesses envolvidos.

Um tópico pertencente a este capítulo é intitulado *Os povos indígenas e os portugueses: primeiros contatos* em que a autora destaca o início da convivência entre os nativos e os portugueses. O texto afirma que, inicialmente, era pacífico, quando os indígenas auxiliaram os portugueses, pois tinham uma prática chamada mutirão, onde uns ajudavam os outros. A seguir expõe a imagem *Como essa gente corta e carrega o pau-brasil às naus, 1570*, de André Thevet que demonstra índios, sem referência a que grupo fazem, cortando e carregando o pau-brasil e um desenho de um garotinho “falando” através de um balãozinho, para que as crianças reflitam juntas sobre o porque o machado de ferro foi uma arma utilizada para escravizar o índio. Esta atividade da ligação entre a imagem e o balãozinho auxilia os alunos a compreenderem as diversas formas de escravização que os nativos foram submetidos, apenas para satisfazer a ganância dos portugueses, pois as imagens podem sim ser utilizadas a sala de aula, mas devemos indagar quem a fez, quando, como, porque, enfim contextualizá-la e também problematizá-la.

A autora também complementa falando sobre os trabalhos forçados e as doenças que vieram com os portugueses as quais os índios não tinham resistência e também não tinham medicamento para curá-las (demonstra que os nativos tinham sua medicina), além de terem que fugir de suas terras para escapar das perseguições. Para finalizar este capítulo, ela traz em seu livro a imagem *Índios capturados, por soldados índios, século XIX*, de Jean-Baptiste Debret, mostrando aos alunos os índios, não importando serem mulheres ou crianças, sendo capturados por brancos e também por alguns índios que trabalhavam no comércio de escravos ou eram de tribos rivais.

Mas há de se ter atenção ao trabalhar com esta imagem, pois tem de se explicar aos alunos porque alguns índios participavam da captura de outros índios.

É importante destacar que não analisarei o último capítulo desta unidade, porque ela não traz informações significativas sobre os índios, apenas estes dois analisados, isto demonstra pouco espaço no livro para se discutir a história dos índios do Brasil, um silenciamento.

2.2 Complementando a construção do conhecimento

Para complementar as informações e ajudar os alunos a refletirem, entenderem mais sobre o que estão estudando a autora traz nestes capítulos abordados quatro textos.

O primeiro texto aparece no primeiro capítulo da unidade e é uma adaptação da carta de Pero Vaz de Caminha, ao seu lado se colocou a imagem *Descobrimento do Brasil*, tela de 1889, pintada por Aurélio Figueiredo. Por ser um texto de uma adaptação da carta de um europeu ela está povoada de uma visão eurocêntrica, aborda a visão que os portugueses tiveram ao chegar ao Brasil, e mais, de alguém que vê e descreve algo totalmente desconhecido para ele: como eram as características físicas dos nativos, suas casas e os primeiros contatos entre eles que foi a troca de presentes, além da realização da primeira missa.

O segundo texto, *só nós índios vivíamos nessa terra*, extraído do livro *História dos povos indígenas: 500 anos de luta no Brasil*, de Eunice Dias de Paula, Luiz Gouvea de Paula e Elizabeth Amarante, o terceiro texto *Aniversario de 500 anos de Brasil*, de Fernando Bonassi, extraído da Folhinha do jornal folha de São Paulo e o quarto texto *Era uma vez um menino índio*, extraído do livro *Cidades brasileiras: o passado e o presente* de Roscicler Martins Rodrigues mostram a visão dos povos indígenas sobre a invasão dos portugueses no Brasil, o primeiro fala das variadas nações indígenas que haviam e que foram destruídas, falam da abundância de terra, água, alimento e que depois dos portugueses ficaram escassas, enfim coloca o antes e depois da invasão dos portugueses e o quanto piorou a vida dos nativos depois deste fato. O segundo questiona o termo “descobrimento” aprendido na escola e também aborda o quanto a invasão européia prejudicou os índios; já o terceiro texto também fala da mudança para pior da vida dos índios com a vinda dos europeus.

Percebe-se que os variados textos com pontos de vista europeu e indígena enriquece o conhecimento dos alunos, mostrando a eles diferentes abordagens da história, para que a partir de reflexões os próprios alunos construam pouco a pouco suas próprias opiniões sobre o tema.

3. Conclusão

Ao analisar as gravuras, os textos e as atividades do livro didático *Porta Aberta*, conclui-se que a imagem de índio apresentada oscila entre um lugar de sujeito histórico e um lugar de “passivo” diante da força européia. As informações pendulam de questionamentos quanto ao dito “descobrimento do Brasil”, que confirmam que o índio foi o primeiro habitante do Brasil, que eram diferentes entre si e que a vinda dos portugueses para cá só os prejudicou, para visões eurocêntricas como a utilização do termo “descobrimento do Brasil”, a desconsideração da história indígena, vista como pré-histórica e a falta de subsídios sobre os modos de vida dos variados povos indígenas chamam a atenção para abordagens contraditórias.

Ainda assim, tal abordagem é um avanço, apesar de suas contradições, há um esforço em se desvencilhar do velho “ranço” de estereótipos que permearam a imagem do índio na história e em particular no livro didático de História.

¹ Laís dos Santos Sampaio; Graduanda do VII semestre do curso de licenciatura plena em História na Universidade do Estado da Bahia, campus VI, Caetité. Endereço eletrônico: laís.ssampaio@gmail.com

² PINA, M. C. D. *Escravidão no livro didático de história do Brasil: três autores exemplares (1890-1930)*. 2009. 240f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. São Paulo, 2009.p.02.

³ FONSECA, Thaís N. de Lima. *História & Ensino de História*. 2 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.p.17-19

⁴ COOPER, Hillary. Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de três a oito anos. *EDUCAR*. Curitiba: UFPR. p. 171-190, 2006. P.182-183.

⁵ LIMA, Mirna. *Porta aberta: história 4º ano, 3º serie*. São Paulo: FTD, 2008. P.40

⁶ NEVES, Eduardo G. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 1ª Ed. Brasília: MEC/MARI/UNESCO.1995.P.171